



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública– FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – CCA
Bacharelado em Ciências Contábeis

**FINANÇAS PESSOAIS: Estudo de Caso com os Servidores da Escola de Governo do
Distrito Federal (EGOV)**

Liliane Lopes Rincon

Brasília – DF

2016

Professor Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Mauro Luiz Rabelo
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Jaime Martins de Santana
Decano de Pesquisa e Pós-graduação

Professor Doutor Roberto de Goés Ellery Júnior
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública

Professor Doutor José Antônio de França
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

Liliane Lopes Rincon

FINANÇAS PESSOAIS: Estudo de Caso com os Servidores da Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Mestre Rildo e Silva

Brasília – DF

2016

RINCON, Liliane Lopes.

FINANÇAS PESSOAIS: Estudo de Caso com os Servidores da Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV) / Liliane Lopes Rincon – Brasília, 2016.

Orientador: Prof. Mestre Rildo e Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília, 2º semestre letivo de 2016.

Bibliografia.

1. Educação financeira. 2. Finanças pessoais. 3. Planejamento financeiro pessoal. I – Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília.

AGRADECIMENTOS

A Deus pela graça concedida.

À minha família, amigos e a todos que me incentivaram e me apoiaram ao longo dessa caminhada.

Ao meu esposo que contribuiu muito para a concretização desse trabalho.

Aos colegas da Escola de Governo do Distrito Federal pela colaboração e contribuição.

E, especialmente, ao meu professor orientador, Prof. Rildo e Silva, por ter sido tão solícito e atencioso.

“Sempre achamos que deveríamos ganhar melhor, independentemente da nossa fonte de renda, e raramente questionamos se não deveríamos gastar melhor!”

Ana Paula Mussi Szabo Cherobim

RESUMO

Com a implantação do Plano Real, a educação financeira se tornou primordial, pois passou-se a poder controlar e administrar o dinheiro auferido, sem oscilações meteóricas da inflação. Assim, o planejamento financeiro pessoal ganhou destaque, pois ele é importante para manter o controle sobre as fontes de receitas e despesas, para buscar fontes alternativas de renda, para reduzir o endividamento e para possibilitar o aprendizado sobre investimentos. O orçamento familiar é uma previsão de receitas e despesas num determinado período de tempo, que pode ser diário, semanal, mensal ou outro intervalo que se adequa mais a cada pessoa. Nessa linha, o presente trabalho teve o objetivo de investigar o nível de conhecimento dos servidores da Escola de Governo do Distrito Federal- EGOV acerca de finanças pessoais. Trata-se de uma pesquisa descritiva que utilizou como procedimentos a pesquisa bibliográfica e a aplicação de um questionário aos servidores da EGOV. Os resultados da pesquisa apontam que, de forma geral, o público pesquisado tem um bom entendimento do tema proposto, pois efetuam o controle financeiro. Entretanto, verificou-se que metade dos servidores pagam prestação que tem juros e que alguns ainda cometem erros preocupantes como a utilização do cheque especial e o não pagamento total da fatura do cartão de crédito.

Palavras-chaves: Educação financeira. Finanças pessoais. Planejamento financeiro pessoal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Exemplo de planilha para controle do orçamento doméstico.....	19
Figura 2. Relação entre o custo e a complexidade de contratação das diferentes modalidades de crédito.....	36

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Perfil dos sujeitos pesquisados.....	29
Tabela 2. Renda bruta mensal dos servidores da EGOV.....	30
Tabela 3. Participação em curso de finanças pessoais e nível de conhecimento em finanças pessoais.....	30

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Elaboração de orçamento financeiro doméstico.....	31
Gráfico 2. Meio de controle do orçamento financeiro doméstico	32
Gráfico 3. Frequência de planejamento das finanças.....	33
Gráfico 4. Meio de pagamento mais utilizado.....	33
Gráfico 5. Pagamento da fatura do cartão de crédito.....	34
Gráfico 6. Gastos excedem a renda?.....	35
Gráfico 7. Forma de cobrir o excesso de gastos.....	36
Gráfico 8. Uso do cheque especial.....	37
Gráfico 9. Possui algum empréstimo ou outra dívida que tenha juros?.....	37
Gráfico 10. Possui algum investimento?.....	38
Gráfico 11. Você leva em consideração sua realidade financeira para definir seus objetivos?.....	39
Gráfico 12. Nível de impulsividade ao realizar uma compra.....	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 Finanças Pessoais: conceito e surgimento.....	12
2.2 Educação financeira.....	13
2.3 Endividamento.....	15
2.4 Planejamento financeiro pessoal e familiar.....	17
2.5 Independência financeira.....	20
2.6 Consumir x poupar.....	21
2.7 Investimentos.....	23
3 METODOLOGIA.....	26
3.1 Disposições gerais.....	26
3.2 Contextualização da Escola de Governo do Distrito Federal.....	27
4 RESULTADOS.....	29
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO.....	48

1 INTRODUÇÃO

O planejamento financeiro pessoal é importante no cotidiano dos indivíduos, havendo diferença na vida financeira das pessoas que possuem sistema de controle em relação às que não exercem o planejamento do fluxo de caixa. Uma organização financeira permite que se tenha controle maior sobre o dinheiro, maior eficiência sobre o processo de tomada de decisão e no uso da renda, proporcionando uma independência financeira (CERBASI, 2009, p. 5).

Sohsten (2004) ressalta que o planejamento das finanças pessoais abrange a ponderação sobre passado, presente e futuro, considerando os objetivos, metas e sonhos a serem definidos, ou seja, é a estruturação do caminho a ser seguido. Salienta que esse assunto é primordial tendo em vista que o noticiário está carregado de publicações relacionadas ao crescimento do endividamento do brasileiro, diminuição da renda da população e do alto comprometimento do orçamento familiar com juros de empréstimos.

Para Zaremba (1997, p. 7), o segredo do sucesso financeiro passa pela adequada acumulação e administração dos recursos. Frankenberg (1999, p. 27) destaca que a gestão financeira pessoal só foi possível após a estabilização da economia brasileira que aconteceu com a implantação do Plano Real, pois antes o importante era escapar da alta dos preços.

Em razão da determinação constitucional emanada pelo §2º do artigo 39, foi criada a Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV). Ela tem a missão de promover a formação, capacitação e desenvolvimento dos servidores públicos do Governo do Distrito Federal.

Nesse contexto, tendo em vista o cenário econômico-financeiro das famílias brasileiras o tema deste trabalho é primordial, visto que permite analisar como os servidores da EGOV gerenciam suas finanças pessoais, bem como administram os recursos que auferem.

Assim, o objetivo deste trabalho é investigar o nível de conhecimento dos servidores da EGOV acerca de finanças pessoais. Por ser a EGOV um centro de treinamento e capacitação dos servidores do Governo do Distrito Federal é importante estudar os servidores que lá trabalham, pois eles tem fácil acesso a cursos na área de educação financeira.

Além disso, um aspecto fundamental é que as dificuldades financeiras podem afetar diretamente o aspecto emocional e a produtividade no trabalho, além de poder acarretar instabilidade no ambiente familiar.

Para instrumentalizar esta pesquisa, foi realizada uma coleta de informação junto a estes empregados, por meio da aplicação de um questionário, efetuada nos dias 26, 27 e 31 de

outubro de 2016. Espera-se que o resultado da pesquisa contribua para agregar valor ao tema, e ainda, possa ser usado pela EGOV em planejamento de treinamentos.

Este trabalho está organizado em quatro partes: no capítulo 2 é apresentado o referencial teórico, desenvolvendo a questão das finanças pessoais, englobando o seu conceito e surgimento, educação financeira, endividamento, planejamento financeiro pessoal e familiar, independência financeira, consumir versus poupar e investimentos. No capítulo 3, é retratada a metodologia abordando o método adotado, bem como os parâmetros da pesquisa. O capítulo 4 traz os resultados, no qual são expostos e analisados os dados coletados e, por fim, no capítulo 5 são compiladas as considerações finais com a conclusão do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Finanças Pessoais: conceito e surgimento

Segundo Gitman e Madura (2003, p. 2) “finanças são os processos pelos quais o dinheiro é transferido (por meio de financiamento e de investimento) entre empresas, indivíduos e governos”. Já as finanças pessoais são o estudo de conceitos financeiros aplicados na esfera das decisões financeiras de um determinado indivíduo, devendo-se ponderar a fase da vida na qual ele se encontra para poder elaborar um planejamento mais adequado. Para tanto, tem que se considerar o orçamento doméstico, as alternativas de financiamento e de investimento, os planos de aposentadoria, a administração das receitas e despesas, entre outros (CHEROBIM e ESPEJO, 2010, p.1).

No Brasil, esse tema ganhou espaço com a implantação do Plano Real, pois no período antecedente a ele o país passou por uma grave crise econômica com redução dos investimentos e do produto interno bruto (PIB), crescimento exponencial da inflação e da dívida interna e externa brasileira. Isso gerou um aumento do desemprego e a perda de poder de consumo pela população brasileira (LIZOTE, SIMAS e LANA, 2012, p. 3).

Sayad (2015, p. 159) conceitua inflação como sendo uma “elevação permanente do nível geral de preços. Ou a desvalorização permanente do valor da moeda”. Lopes e Rossetti (2009, p. 349) destacam que “uma das características marcantes da história econômica do Brasil é a ocorrência de longos períodos de alta inflação. Foram raras e curtas, pelo menos até o advento do Real, as fases que os preços permaneceram estáveis, com taxas anuais de um dígito”.

Nesse contexto, Frankenberg (1999, p. 383) salienta que a inflação, com o aumento descontrolado de preços, gerou na população a ideia de que não valia a pena guardar dinheiro algum, e sim de consumir o salário em sua integralidade, antes que os preços fossem remarcados e se perdesse o poder de compra.

Com o advento do Plano Real, em 1994, e a diminuição da inflação no Brasil, as pessoas tiveram um melhor entendimento de valor, de preços e a cuidar melhor do seu dinheiro, tanto quanto a guardar ou gastar (CHEROBIM e ESPEJO, 2010, p. 5).

Essa estabilização da moeda permitiu que as pessoas pudessem comparar melhor o valor real dos bens e serviços, viabilizando a possibilidade de se elaborar um planejamento

financeiro. A partir desse momento se observa um crescimento e uma importância dada ao tema das finanças pessoais (CAMPOS, 2012).

2.2 Educação financeira

Libâneo (2007, p. 71) define educação como o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos, na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais. Nessa perspectiva, para Lizote, Simas e Lana (2012, p. 3) a educação financeira é a maneira pela qual a pessoa busca adquirir conhecimentos necessários para gerenciar suas finanças e tomar decisões adequadas de modo a controlar as receitas recebidas e de consumir adequadamente.

A educação financeira se torna primordial, porque o dinheiro está presente em todos os momentos da vida, de forma direta ou indireta, se tornando parte significativa da vida social (MOREIRA, 2002, p. 379). O dinheiro é um meio de pagamento para os clássicos, reserva de valor e ativo financeiro que concorre com o investimento para os keynesianos (porto seguro contra a incerteza dos investimentos), e para os economistas de forma geral é considerado um crédito por ter diferentes naturezas (SAYAD 2015, p. 130).

Savoia, Saito e Santana (2007, p. 1122) consideram a educação financeira importante porque permite à população tomar decisões fundamentadas e seguras, permitindo que os indivíduos fiquem mais integrados à sociedade e mais participantes do mundo financeiro, o que, por consequência, aumenta o bem-estar das pessoas. Com relação a esse processo de construção de autonomia, a educação financeira possibilita a emancipação do homem, posto que auxilia à tomada de decisões mais seguras (STEPHANI, apud Marques 2014, p. 24).

Souza (2015, p. 28) apresenta o conceito de educação financeira para a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é:

o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro.

A educação financeira também pode ser entendida como um processo de desenvolvimento da capacidade integral do cidadão de viver bem tanto fisicamente, como emocionalmente, intelectualmente, socialmente e espiritualmente. O ensino da educação financeira deveria começar ainda na infância, quando a criança pede pela primeira vez dinheiro para adquirir doces ou brinquedos (PEREIRA, 2001, p. 199).

Frankenberg (1999, p. 316) destaca que os pais são os maiores exemplos para os filhos na esfera financeira, sendo primordial que eles tenham condutas corretas, pois durante a infância a criança absorve tudo que lhe é passado, tanto positivamente como negativamente. Esclarece, ainda, que numa casa onde há educação financeira se tem maiores chances de sucesso do que em um lar onde não se fale nesse assunto.

D'aquino apud Krummenauer (2011, p. 30) revela que nos países desenvolvidos, o estudo da educação financeira é tarefa das famílias, cabendo à escola a incumbência de somente fortificar esse conhecimento. No entanto, no Brasil, a educação não é prática nem da família, sequer da escola.

Isso porque, os brasileiros viveram grande período com altas taxas de inflação, desde a década de 80 até o início dos anos 90, sendo este o principal motivo pelo qual as famílias não tem a cultura de ensinar práticas de educação financeira aos seus filhos. Ademais, naquela época não se podia confiar em bancos, visto que o sistema financeiro era bem frágil, não havendo regras rigorosas para conter o risco dessas instituições (CERBASI, 2006, p. 19).

Com relação ao âmbito escolar, não se pode cobrar dos professores de ensino fundamental e médio, bem como dos outros instrutores educacionais, que tenham capacidade de educar financeiramente as crianças. Pois, todos somos iniciantes neste processo de educação financeira que se iniciou somente após o Plano Real (CERBASI, 2006, p. 23).

Assim, com o intuito de melhorar a educação financeira dos brasileiros, o governo publicou o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, criando a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). No artigo primeiro ficou definido que o seu objetivo é “promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores”. Para tanto, foi criado o portal <http://www.vidaedinheiro.gov.br/>, com informações de educação financeira e dicas sobre crédito, poupança, planejamento financeiro, seguros, previdência e investimento.

O artigo 3º do referido decreto estabelece a coordenação da execução do ENEF será exercida pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), que é formado por representantes do Banco Central do Brasil, da Comissão de Valores Mobiliários,

Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Superintendência de Seguros Privados, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Previdência Social, Ministério da Justiça e até seis representantes da sociedade civil.

Nessa perspectiva e com o objetivo de transmitir conhecimentos básicos sobre finanças pessoais à população, o Banco Central do Brasil lançou, em 2013, um caderno de educação financeira e gestão de finanças pessoais, onde se destaca:

O aprendizado e a aplicação de conhecimentos práticos de educação financeira podem contribuir para melhorar a gestão de nossas finanças pessoais, tornando nossas vidas mais tranquilas e equilibradas sob o ponto de vista financeiro.

Se pararmos para pensar, estamos sujeitos a um mundo financeiro muito mais complexo que o das gerações anteriores. No entanto, o nível de educação financeira da população não acompanhou esse aumento de complexidade. A ausência de educação financeira, aliada à facilidade de acesso ao crédito, tem levado muitas pessoas ao endividamento excessivo, privando-as de parte de sua renda em função do pagamento de prestações mensais que reduzem suas capacidades de consumir produtos que lhes trariam satisfação.

Infelizmente, não faz parte do cotidiano da maioria das pessoas buscar informações que as auxiliem na gestão de suas finanças. [...]

A educação financeira pode trazer diversos benefícios, entre os quais, possibilitar o equilíbrio das finanças pessoais, preparar para o enfrentamento de imprevistos financeiros e para a aposentadoria, qualificar para o bom uso do sistema financeiro, reduzir a possibilidade de o indivíduo cair em fraudes, preparar o caminho para a realização de sonhos, enfim, tornar a vida melhor (BACEN 2013, p. 11).

Observa-se, pois, que há a preocupação das autoridades com o acesso ao crédito e ao endividamento excessivo da população brasileira.

2.3 Endividamento

Olivato e Souza (2007, p. 1) definem que o endividado é aquele que assume dívidas expondo uma fração considerável de suas rendas e rendimentos para pagá-las. Já o inadimplente é o que deixa de honrar as dívidas contraídas. Logo, os endividados são candidatos a serem futuros inadimplentes. Conforme Marques e Frade apud Claudino, Nunes e Silva (2009, p. 4) a conjuntura mais preocupante que decorre do endividamento é o sobreendividamento, falência ou insolvência, que se constitui quando o devedor está incapaz de saldar suas dívidas.

Souza (2015, p. 31) ressalta que nos dias de hoje, “mesmo com a inflação controlada, ou melhor, não descontrolada, várias pesquisas apontam que a maioria da população brasileira

tem problemas financeiros como dívidas, muitas delas ocasionadas ao pouco ou nenhum conhecimento na área do endividamento financeiro”.

Esse problema se agravou com a facilidade de acesso ao crédito pelas famílias. Dados do Banco Central do Brasil indicam que a oferta do crédito foi crescente no período compreendido entre 2004 a 2011, no qual o percentual do crédito total no sistema financeiro em relação ao PIB mais que dobrou, passando de 24,2% em março de 2004 para 49% em dezembro de 2011, mesmo considerando os efeitos da crise financeira mundial que se iniciou em 2008 (LOPES, 2012, p. 1).

A Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada em janeiro de 2012, frisou que 58% das famílias brasileiras estavam endividadas e que esse fato se acentuou nesse período devido ao Governo Federal ter aumentado a oferta de crédito para manter a economia aquecida em razão da crise internacional iniciada em 2008. Outra pesquisa de orçamentos familiares (POF), realizada em 2008 e 2009 mostrou que 40 milhões de famílias brasileiras, 68,4% do total, não fecham as suas contas no final do mês (SOUZA, 2015, p. 35).

A PEIC mais recente publicada em maio de 2016, realizada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), acrescentou que 58,7% dos entrevistados estão endividados, 23,7% tem dívidas ou contas em atraso e 9% não terão condições de pagar. Além disso, com relação ao tipo de dívida, o cartão de crédito foi indicado como o principal por 77% das famílias endividadas, seguidos de carnês, financiamento de carro, crédito pessoal, financiamento de casa e cheque especial.

Segundos dados divulgados pela Agência Brasil em 2013, entretanto, há que se destacar que o endividamento dos brasileiros é pequeno em relação a outros países, visto que na Europa as dívidas superam 100% da renda na Finlândia, Portugal, Reino Unido, Suécia, Estônia, Espanha e França, de acordo com o Eurostat que é um órgão oficial de estatísticas da União Européia. Já em outros países, como Chipre, Dinamarca, Holanda e Noruega o endividamento ultrapassa os 200%.

Costa apud Ribeiro e Lara (2016, p. 346) enuncia que a propagação do cartão de crédito é o maior responsável pela quantidade de endividados no Brasil. Claudino et al (2009, p. 4) explicam que as diversas formas de crédito, como cheque especial, cartão de crédito, crediário, crédito imobiliário, crédito consignado, empréstimo com bancos, parentes e amigos, podem ser utilizadas em uma situação de inadimplência, o que pode levar a um múltiplo endividamento. Cerbasi (2012, p. 16) adverte que “quando as dívidas fogem ao controle, é

preciso encarar o problema de frente e agir rápido para que os juros parem de alimentar o saldo devedor, que cria o chamado efeito bola de neve”.

Nesse diapasão, a contabilidade pode contribuir com a chamada contabilidade pessoal. Esta na visão de Silva apud Queiroz, Valdevino e Oliveira (2015, p. 5) é conceituada como a organização financeira do patrimônio das pessoas físicas, que permite registrar todas as operações financeiras efetuadas, inclusive as dívidas contraídas. Para tanto, se o indivíduo fizer um planejamento financeiro esse controle se torna mais simples.

2.4 Planejamento financeiro pessoal e familiar

O planejamento financeiro pessoal é a evidenciação das maneiras de como oportunizar os recursos necessários para alcançar os objetivos. Todas as famílias deveriam elaborar o seu planejamento estratégico, independentemente do seu patrimônio, fase da vida ou classe social. É essencial traçar os objetivos na vida, o que queremos ser daqui pra frente, identificando as necessidades da nossa família, e quais delas serão priorizadas. Concluído esse pensamento inicial é fundamental executar o diagnóstico da situação financeira atual (CHEROBIM e ESPEJO, 2010).

Frankenberg (1999, p. 31) complementa que o planejamento financeiro pessoal “significa estabelecer e seguir uma estratégia precisa, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família. Essa estratégia pode estar voltada para curto, médio ou longo prazos, e não é tarefa simples atingi-la”. O mesmo autor ainda ensina que esse planejamento não pode ser rígido e inflexível, devendo ser feitas revisões periódicas, redefinindo os gastos e os investimentos.

Cherobim e Espejo (2010, p. 30-39) aconselham utilizar uma planilha para auxiliar neste processo. Sugerem também que os seguintes passos sejam seguidos para um bom planejamento financeiro pessoal:

1. Identificar as principais fontes de renda: como mesada, pensão, aposentadoria, salários, comissões, aluguéis, entre outras. Para quem não tem receita fixa, é recomendável considerar o pior rendimento mensal do último ano. Se o planejamento for familiar devem constar as rendas de todos os membros da família, se for pessoal, deve aparecer só a da pessoa. Aplica-se o regime de caixa.

2. Detectar as principais fontes de despesas: deve-se separar em despesas fixas (moradia, educação, saúde, supermercado, telefone, transporte), variáveis (alimentação, lazer,

vestuário, estética, transporte, manutenção da casa), e de investimento e para pagamento de dívidas. Emprega-se também o regime de caixa.

3. Registrar os investimentos: é importante saber guardar o dinheiro com segurança e aproveitar as oportunidades. Se a pessoa for jovem, pode ser mais arrojado e investir em ações, recomendando-se deixar sempre um montante para emergências na caderneta de poupança ou em um fundo de renda fixa com baixa taxa de administração.

4. Projetos e sonhos: também tem que registrar na planilha a forma de financiar os projetos e os sonhos. É importante a cada mês reservar um dinheiro para esse objetivo, para que o sonho possa se tornar uma realidade concreta.

5. Registrar as dívidas: deve-se registrar todas as dívidas, pequenas ou grandes, vencidas ou a pagar, como financiamento de veículo, imóvel, parcelamentos no cartão de crédito, cheques pré-datados, entre outras. As dívidas se bem registradas e controladas podem levar a família a viver mais satisfatoriamente e com mais conforto. Mas a grande dificuldade é quando elas não são pagas ou quando passam a esgotar grande parte do orçamento familiar.

Em resumo, Cherobim e Espejo (2010, p. 40) orientam: “ganhar mais do que gastar, guardar para infortúnios, não assumir despesas que não cabem no orçamento, calcular gastos com acessórios com novas aquisições, evitar gastos supérfluos, permitir-se luxos eventuais e financiar seus sonhos”. Para Cerbasi (2009, p. 25):

O ideal é ter conhecimento detalhado de seus gastos mensais e agir sobre essa informação, adotando iniciativas para viabilizar uma poupança regular, para dar mais qualidade a seu consumo e para viabilizar também pequenos luxos, afinal, ninguém é de ferro. A forma mais simples de conseguir isso é lançar seus gastos em uma planilha de Orçamento Doméstico, comparar esses gastos com os de outros meses e refletir sobre suas prioridades de consumo. Gastos menos prioritários devem ser trabalhados para serem reduzidos.

A planilha também pode ser feita em uma folha de papel ou, para quem domina o uso da informática, em um programa de planilha eletrônica, com o popular Excel. Quem prefere a versão em papel poderá tirar melhor proveito se criar sua planilha em uma folha grande (papel A3, por exemplo), que permitirá listar colunas de gastos de todo o ano em uma mesma imagem. Isso facilita a comparação mês a mês. Há inúmeros modelos de planilhas eletrônicas disponíveis para download gratuito na internet [...].

Figura 1: Exemplo de planilha para controle do orçamento doméstico.

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	...
Descrição dos nomes das contas lançadas	Relação de suas receitas líquidas -ou- Relação de suas receitas brutas (-) Relação dos tributos na fonte = Total da receita líquida no período						
	(-) Relação de suas despesas fixas com: - Habitação - Saúde - Educação - Alimentação - Transporte - Impostos - Despesas pessoais						
	(-) Relação de suas despesas eventuais						
	= Saldo disponível						
	+ Sobra de caixa no mês anterior						
	(-) Aplicações financeiras feitas no período						
	= Sobra de caixa no mês						
	= Sobra de caixa total						

Fonte: Cerbasi (2009, p. 26)

Frankenberg (1999, p. 39) destaca quatro princípios fundamentais para formar e manter o patrimônio: “quem guarda tem”, ou seja, independente do valor da renda, a pessoa deve guardar uma parte dela para formar uma reserva que irá trazer segurança e tranquilidade; “comece ontem”, o indivíduo deve iniciar o processo de diversificação de fontes de renda para no futuro não depender de parente ou de uma previdência exígua; “olhe para depois de amanhã”, deve-se ter um panorama a médio e longo prazos, pois focar no curto prazo pode não trazer o melhor resultado; “dê sentido à sua poupança”, estabelecer objetivos, sonhos e ambições são importantes para a vida.

Pereira (2001, p. 65-66) acrescenta que para alcançar o sucesso financeiro aliado com a felicidade pessoal é necessário conhecer as cinco leis do dinheiro:

1. Ganhar ou lei da riqueza: o pensamento que gera a riqueza, pois ele é a base de todas as emoções, desejos e sensações. É a lei mais importante de todas, pois as outras dependem dessa.

2. Gastar ou lei da negociação: o dinheiro ganho é para gastar, mas não torrar tudo que auferiu. Sempre deve-se negociar, porque o valor é resultado da negociação.

3. Fazer circular ou lei do lucro: com a globalização, a circulação está cada vez mais veloz e tem-se que ter um pequeno lucro em cada operação.

4. Poupar ou lei do sonho: guardar dinheiro para consumir sonhos futuros, proporcionando uma independência financeira.

5. Investir ou lei do risco: o risco pode trazer um retorno do capital maior, mas não significa investir integralmente o patrimônio.

Segundo Wohleberg, Braum e Rojo (2011) o controle é um aspecto fundamental para o êxito do planejamento financeiro. Ele é uma maneira de garantir que as decisões tomadas no planejamento aconteçam na prática. Cerbasi (2009, p. 33) complementa que a planilha precisa ser monitorada conforme a periodicidade de controle mais apropriada à frequência de recebimento e da necessidade de atenção do indivíduo.

Frezzatti apud Wohleberg, Braum e Rojo (2011, p. 141) estipula que o planejamento só se torna realidade se for inspecionado, fiscalizado e controlado, devendo-se reconhecer as variações e ações corretivas para o alcance das metas traçadas.

Assim, o planejamento feito e executado diz respeito a um conjunto de expectativas que foram projetadas a partir de reflexões, análises históricas e definição de objetivos mais amplos e metas mais peculiares de recebimentos, pagamentos e formação de uma reserva que se tenha evidenciado possível a cada período de tempo (SOUZA; TORRALVO, apud KRUMMENAUER, 2011, p. 69).

2.5 Independência financeira

Halfeld (2005, p. 143-147) apresenta dez passos para o indivíduo atingir a independência financeira, conforme segue:

1. Ganhar mais dinheiro: a pessoa deve buscar de alguma forma um acréscimo nos seus rendimentos, uma forma é fazer trabalhos paralelos.

2. Poupar: o indivíduo precisa gastar menos do que ganha, é essencial cortar despesas não essenciais.

3. Evitar dívidas: como a taxa de juros no Brasil é muito alta, após conseguir poupar, o sujeito precisa quitar as dívidas.

4. Investir corretamente: a pessoa tem que se beneficiar dos juros compostos a seu favor, investindo o seu dinheiro, sobretudo, em fundos de longo prazo e diversificados.

5. Ter uma casa própria: um imóvel sem pressa, pois vale a pena fugir dos juros e do risco de falência das construtoras. Se necessitar, pague aluguel até comprar algo definitivo à vista ou construir uma casa.

6. Fazer seguro de vida e seguros-saúde: é importante contratar seguros em boas seguradoras, bem como um plano de saúde para a pessoa e seus dependentes, posto que as despesas médicas particulares são muito elevadas.

7. Permita-se prêmios ao longo da caminhada: a jornada não pode ser dolorosa e penosa, é interessante fazer algumas concessões sempre que as metas forem alcançadas.

8. Eduque-se financeiramente: é relevante aprender sobre finanças pessoais, buscando esse conhecimento, mas sendo crítico com o que ler.

9. Se precisar busque ajuda: o indivíduo pode buscar auxílio com um especialista ou um profissional da área, mas é importante ter cuidado para que esse técnico seja neutro.

10. Dinheiro é um meio e não um fim por si mesmo: não se esquecer de ser piedoso com quem necessita de uma ajuda, pois fazer doação a quem realmente carece é gratificante.

Entretanto, situação oposta é salientada por Frankenberg (1999), o fracasso financeiro. Muitas pessoas o atribuem à falta de sorte, enquanto que na verdade é fruto da inexistência de um planejamento ou de objetivos irracionais.

Godoy, Mediana e Júnior apud Silva et al (2014, p. 5) consideram que as armadilhas das finanças pessoais são: o desbalanceamento do orçamento (gastar mais do que ganha), a falta de controle no orçamento e no fluxo de caixa (despesas pequenas não contabilizadas), altos gastos fixos em razão do padrão de vida elevado, dívidas, falta de provisões para imprevistos (doenças e quebra de bens móveis), aposentadoria e financiamentos.

Grande parte das pessoas estipulam metas exorbitantes que vindicam uma dura privação de comodidades, bem-estar e desejos consumistas do dia a dia. Ademais, a extensa espera para usufruir das vantagens do planejamento desestimula grande parte das pessoas. Ainda mais porque a mídia expõe propagandas de produtos atraentes com formas de pagamentos facilitadas em muitas vezes no cartão de crédito e algumas vezes com juros altos, ocultados pela facilidade da compra (COELHO, 2010, p. 25).

2.6 Consumir x poupar

Frankenberg (1999, p. 39) estabelece que deve-se saber poupar com sabedoria e gastar com prudência. A primeira hipótese nem sempre é ganhar o rendimento máximo, devendo-se, por exemplo, escolher a instituição financeira mais confiável. E, gastar com ponderação é saber distinguir o que é essencial do que é supérfluo. A dificuldade é grande, pois o ser humano deseja o que não tem.

Nesse contexto, Sayad (2015, p. 149) define desejos como “pulsões que se satisfazem imediatamente”. Pereira (2001, p. 25) relata que “onde há dinheiro há emoções”, entretanto é importante saber canalizar os sentimentos para que não provoquem relações conflituosas com o dinheiro.

Sohsten (2004, p. 121) frisa que

muitos são os motivos que levam uma pessoa a comprar: a necessidade, a diversão, os modismos, a importância, o *status* e o apelo mercadológico do comércio. Mas há quem consuma pelo simples prazer de comprar, de adquirir alguma coisa independente da sua utilidade ou significado. O ato de comprar indiscriminadamente é uma doença chamada de onomania, que atinge as pessoas caracterizadas como compradoras compulsivas.

Frankenberg (1999, p. 235) complementa que o consumo inadequado pode causar angústia e estresse.

É óbvio que quando as despesas superam as receitas líquidas de uma família sistematicamente, alguma coisa está errada. É nesse momento que se iniciam as dificuldades da pessoa ou de um núcleo familiar. Para poder pagar as contas, novos empréstimos são levantados junto aos bancos, cheque pré-datados começam a ser emitidos e cartões de crédito são intensamente utilizados. Inicia-se assim um processo de taping o sol com a peneira, que costuma terminar em desespero, angústia e, finalmente, em estresse. Todas as tentativas para driblar o desequilíbrio financeiro com expedientes de duvidosa eficácia de nada valem. Geralmente o problema do enfrentamento da efetiva solução é postergado para o mês seguinte, e assim por diante. Os juros vão se acumulando, somados à dívida principal, que após dois meses já incorpora juros sobre juros (o terrível efeito do juro composto). No desespero de não poder pagar a conta de um credor mais insistente, uma nova pseudo-solução é adotada, em outras palavras, um rombo é fechado, abrindo-se outro em seu lugar. O fim dessa novela sem final feliz pode terminar em algum agiota à espreita para aprisionar mais uma vítima, que irá pagar seu caos financeiro com sangue e lágrimas. O caminho está aberto para muita angústia, tensão e brigas familiares.

No entanto, Cerbasi (2009) revela que para evitar maiores transtornos é necessário tomar algumas precauções durante o processo decisório de compra. Nas compras cotidianas deve-se fazer uma lista com os itens necessários; saber o quanto se pode gastar naquela saída, se for comprar algo que não tenha recursos suficientes, calcule antes o quanto pode pagar em um financiamento; nunca ir ao mercado com fome e, principalmente, pesquisar preços sempre, dando preferência para pagamentos à vista em razão do desconto que pode-se obter. No caso de compras de grande valor, como eletrodomésticos, automóveis, pacotes de viagens, entre outros, o mesmo autor ressalta que é relevante também se preparar para a compra, pois senão pode-se precisar tomar dinheiro emprestado e pagar juros que onerem por demais a aquisição.

Borges (2013, p. 9) ensina que o processo de decisão depende da busca de informações, avaliação de alternativas e decisão de compra. Coelho (2010, p. 37) adiciona que para ser responsável com o orçamento tem que se manter continuamente motivado com os objetivos propostos e com a recompensa a ser obtida ao final da execução orçamentária.

Para Halfeld (2005, p. 21) “poupar é adiar o consumo presente, visando a um consumo maior no futuro. As pessoas poupam com dois objetivos básicos: consumir mais, em breve e enfrentar o declínio que a natureza impõe à capacidade produtiva do homem após certa idade”.

Todavia, atualmente, as pessoas estão sempre correndo, primando pelos resultados em pouco espaço de tempo e por causa da busca pela satisfação imediata dos anseios e necessidades a maturidade financeira é frágil. Esse imediatismo é o maior entrave para a construção de uma poupança, logo, essa situação provoca o pagamento de juros que poderiam ser evitados (KRUMMENAUER, 2011, p. 50).

Segundo Zaremba (1997), a poupança deve ser uma prática, variando de acordo com as possibilidades e objetivos de cada pessoa. Uma boa meta é poupar 10% dos seus rendimentos, excluindo as reservas construídas passo a passo para realizar determinados projetos. A próxima fase é construir um plano de investimento, visto que a aplicação em poupança frequentemente não é a melhor opção, posto que não se tem um rendimento real acima da inflação.

Por fim, Cerbasi (2009, p. 155) explica que com o ato de poupar e o acúmulo de certo capital é necessário investir para não se perder o valor do dinheiro pela ação inflação.

2.7 Investimentos

Halfeld (2005, p. 21) enuncia que “saber investir os recursos poupados é essencial, tanto para o indivíduo quanto para a economia de um país”. Cherobim e Espejo (2010, p. 93) advertem que é “preciso guardar dinheiro em produtos financeiros que proporcionem segurança e rentabilidade”. Essas autoras estabelecem (2010, p. 95) que as principais alternativas de investimento para pessoas físicas na renda fixa são: caderneta de poupança, fundos de investimento DI, renda fixa e cotas de fundos, aplicações em papéis da dívida pública do Governo (tesouro direto), certificados de depósitos bancários (CDBs), debêntures e notas promissória; já na renda variável são: ações, fundos de ações, fundos multimercado e fundos cambiais.

No entanto, Cerbasi (2009, p. 155) salienta que é importante a pessoa saber exatamente como opera o produto financeiro que escolheu para aplicar as suas reservas e acrescenta que “da caderneta de poupança aos derivativos, dos imóveis aos negócios próprios, nenhum investimento está imune a ajustes e contrações de seus mercados”.

Zaremba (1997, p. 19) sugere a elaboração de um plano de investimento para acompanhar o progresso, de forma a diversificar o investimento para atender os objetivos pessoais. Ele atenta para o fato de que investir é um jogo de espera e precisa-se ter paciência.

De acordo com Cerbasi (2008), durante boa parte do século XX, quando as cidades estavam em grande crescimento, o investimento em imóveis se mostrava bem seguro, pois era sinônimo de ganho certo. Entretanto, ele previne que hoje se deve pesquisar bastante e ter paciência para fazer um bom negócio. Do mesmo modo Halfeld (2005) alerta para os riscos do investimento em imóveis, são eles: depreciação (modismo quanto ao acabamento, planta e benfeitorias necessárias), se for um terreno ele corre o perigo de ser invadido, comprar durante um *boom* imobiliário e pagar altos juros em financiamentos de longo prazo.

Zaremba (1997, p. 21) ressalta quanto aos riscos do mercado, pois nem sempre o indivíduo está preparado para correr risco e lidar com as incertezas em geral. Argumenta que na renda fixa se conhece o quanto se vai embolsar de juros, enquanto que na renda variável não se tem garantia de ganho, podendo-se até perder. Halfeld (2005, p. 98) explica que a relação entre risco e retorno dos investimentos é direta, pois quanto maior o retorno maior será o risco da operação.

Com relação ao investimento em ações, Cerbasi (2008, p. 166) revela que adquirir ações é se tornar acionista da empresa, compartilhando tanto do sucesso como do insucesso da companhia. Destaca que o primeiro passo é entender mais da própria Bovespa, que tem um site que fornece muitas informações para o público iniciante, e também é importante escolher uma boa corretora de valores. Halfeld (2005, p. 71) indica que os brasileiros tem medo de comprar ações, pois acham que é um cassino. Acentua, contudo, que é um ótimo investimento a longo prazo, pois quanto mais se amplia o período de aplicações mais se diminui o risco.

Frankenberg (1999) estipula que é necessário se preparar para a velhice e investir ainda jovem para a aposentadoria é uma prática sadia. Halfeld (2005, p. 109) destaca que “já foi o tempo em que você poderia contar com a previdência pública para custear a sua aposentadoria”. Ele explica que existem dois tipos de previdência privada: a fechada (por exemplo, do grupo de empregados de uma empresa) ou aberta, e nesse caso, recomenda que a pessoa escolha uma instituição confiável e que busque baixas taxas de administração.

Cerbasi (2008, p. 138), esclarece que na renda fixa, a caderneta de poupança é o investimento mais popular, graças a sua simplicidade, e que todas as instituições bancárias seguem as mesmas regras estipuladas pelo Banco Central. Zaremba (1997, p. 39) ensina que “o poupador aplica seu dinheiro, 30 dias depois a instituição credita os rendimentos automaticamente e envia o extrato contendo as movimentações efetuadas. Não é necessário renovar a aplicação; basta não retirar os recursos que um novo ciclo começa [...]”.

O investidor iniciante não pode cometer alguns erros, Cerbasi (2008, p. 68-74) enumera alguns, entre outros:

1. Esperar sobrar dinheiro: deve-se fazer um planejamento financeiro para que se consiga poupar regularmente.

2. Contar com muitas ou apenas uma instituição para gerenciar sua riqueza: o ideal não é reunir tudo em uma única instituição, mas também não se deve descentralizar demais para não perder boas oportunidades de isenções de tarifas e atendimento mais eficiente e personalizado.

3. Ter um único investimento: não se pode arriscar de concentrar todas as reservas em único investimento, pois se ele declinar a pessoa perde tudo.

Por fim, Halfeld (2005) afirma que se deve aproveitar as estratégias que os cálculos financeiros proporcionam, sobretudo, a multiplicação assegurada pelos juros compostos.

3 METODOLOGIA

3.1 Disposições gerais

Para a realização desse trabalho adotou-se a pesquisa descritiva. Esse tipo de pesquisa foi o escolhido, pois, segundo Gil (2010, p. 27), ela tem o objetivo de descrever as características de uma determinada população ou fenômeno e estabelecer possíveis relações entre as variáveis. Uma característica também apontada é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como o questionário.

O estudo realizado utilizou como procedimento a pesquisa bibliográfica, nas quais publicações específicas correlacionadas ao tema foram pesquisadas para a elaboração do referencial teórico. Além disso, foi empregada a aplicação de um questionário, sendo que Marconi e Lakatos (2010, p. 184) conceituam que o “questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

O questionário foi elaborado com suporte no referencial teórico e com embasamento no curso, Planejamento Financeiro Pessoal, oferecido pelo Banco do Brasil, que está disponível no endereço: <http://www.bb.com.br/portalbb/jsp/cursos/PFPexterno/html/cursos/pfp/estrutura2.html>.

A população objeto do trabalho foi composta pelo universo dos servidores em exercício na Escola de Governo do Distrito Federal, que hoje totalizam 51 pessoas. Dessas, 44 preencheram o questionário, proporcionando uma amostra de 86% do total, mas 7 não estavam presentes nos dias da realização da pesquisa, que foi realizada em 26, 27 e 31 de outubro de 2016.

O questionário é composto de 25 questões que objetivam traçar o perfil do examinado, bem como averiguar e testar o nível de conhecimento em finanças pessoais e de endividamento desses servidores.

Dessa forma, com base na coleta de dados, procedeu-se à análise das informações colhidas, buscando relacioná-las com o referencial teórico. Para operacionalizar esse estudo, os dados foram tabulados na ferramenta excel de modo a facilitar a compilação e a interpretação.

Este trabalho encontra algumas limitações como o tamanho da amostra obtida, e o tempo reduzido para uma pesquisa mais aprofundada.

3.2 Contextualização da Escola de Governo do Distrito Federal

A Escola de Governo do Distrito Federal (EGOV) é um órgão do Governo do Distrito Federal (GDF). De acordo com informações retiradas do próprio sítio da instituição, ela tem como missão “formular, promover e coordenar a Política de Formação, Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores Públicos do Governo do Distrito Federal, dando a eles mecanismos que ampliem a capacidade de execução de serviços e de gestão para resultados”. Antes de se chamar Escola de Governo, este órgão já se denominou:

- SSA: Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento
- CEST: Centro de Seleção e Treinamento
- IDR: Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos
- EGEP: Escola de Gestão Pública

Com o intuito de distinguir os servidores com oportunidades permanentes de capacitação e desenvolvimento pessoal e profissional, a Escola de Governo foi criada em 5 de outubro de 2000, mediante o Decreto nº 21.599, integrando a estrutura da então Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, hoje chamada de Secretaria de Estado de Gestão Administrativa e Desburocratização. Cabe ressaltar que esse encaminhamento buscou atender ao preceito constitucional, com base no §2º do artigo 39, que determina:

A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados (BRASIL 2015, p. 22).

Cabe à Escola o papel de valorizar os servidores, colocando-os no centro das transformações que a sociedade, cada vez mais consciente e bem informada, está a exigir do Estado, criando uma cultura de gerenciamento do conhecimento por meio da qual as pessoas e órgãos mantenham-se em processo de contínuo aprendizado.

A Escola de Governo atua no treinamento direto a servidores do quadro de pessoal do Distrito Federal, como servidores públicos civis e militares que compõem a estrutura governamental do Distrito Federal.

De acordo com a política de capacitação do GDF, a EGOV oferece cursos presenciais e a distância a partir das requisições dos órgãos e entidades. Dentre esses cursos é oferecido o Curso de Educação Financeira Pessoal, que é uma ação realizada em parceria com o Banco de

Brasília (BRB), objetivando auxiliar os participantes a controlarem suas finanças, mudando a posição de tomador para investidor de recursos.

Nesse curso, os servidores do GDF tem três módulos: endividamento, planejamento e investimento. Segundo a instrutora, Isabella Martins, o curso é

uma boa opção para o servidor que esteja com dívidas, além de favorecer a qualidade de vida e aumentar a produtividade. Um dos maiores índices de desmotivação, tanto no trabalho, quanto na vida pessoal é o endividamento, por isso o curso é necessário, para trazer a consciência ao cidadão sobre educação financeira e, com isso, reeducá-lo para ser capaz de ter controle sobre suas finanças.

Até a primeira quinzena de outubro de 2016, a Escola formou sete turmas nesse curso no corrente ano, tendo ofertado 25 vagas em cada uma. No ano de 2015, consta no relatório de atividades da Escola que 232 servidores participaram dessa capacitação.

4 RESULTADOS

Este capítulo tem por objetivo mostrar os resultados da pesquisa (questionário no apêndice), fazendo as possíveis relações com a revisão teórica do presente trabalho. Primeiramente, será apresentado o perfil dos sujeitos pesquisados, representado na tabela 1, sendo que o “N^o” denota a quantidade de respondentes, seguido da respectiva porcentagem:

Tabela 1: Perfil dos sujeitos pesquisados.

VARIÁVEIS	ALTERNATIVAS	N^o	%	TOTAL
Gênero	Masculino	22	50%	100%
	Feminino	22	50%	
Estado Civil	Solteiro(a)	11	25%	100%
	Casado(a)/ União Estável	30	68,18%	
	Outros	3	6,82%	
Faixa etária	Até 20 anos	2	4,54%	100%
	De 21 a 30 anos	4	9,09%	
	De 31 a 40 anos	14	31,81%	
	De 41 a 50 anos	12	27,28%	
	De 51 a 60 anos	12	27,28%	
Resido com	Moro Só	3	6,82%	100%
	Moro com meus Pais	6	13,64%	
	Apenas com o(a) esposo(a)/Companheiro(a)	7	15,9%	
	Apenas com o(a) esposo(a)/Companheiro(a) e filho(a)(s)	25	56,82%	
	Apenas com o(a)(s) filho(a)(s)	3	6,82%	
Quantas pessoas residem em sua casa?	1	3	6,82%	100%
	2	10	22,73%	
	3	11	25%	
	4	14	31,81%	
	5	6	13,64%	

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

Com relação ao perfil dos entrevistados 50% são do gênero masculino e 50% pertencem ao gênero feminino. Observa-se que a maior parte, 68,18%, são casados ou vivem em união estável, seguido de 25% de servidores solteiros e 6,82% de outros (viúvos, divorciados ou separados).

Quanto à faixa etária, a grande maioria está distribuída nos intervalos de 31 a 40 anos (31,81%), de 41 a 50 anos (27,28%) e 51 a 60 anos (27,28%), com somente 6 servidores até 30 anos (13,63%) e nenhum com mais de 60 anos.

No tocante à moradia, mais da metade, 56,82%, residem com esposo(a)/companheiro(a) e filhos(a)(s). Questionados sobre quantas pessoas residiam em sua casa, 31,81% disseram que são 4 pessoas, entretanto, calculando-se a média alcança-se o número de 3,2 pessoas por residência.

Na tabela 2, estão os dados relativos à renda bruta mensal dos servidores da EGOV. Foi considerada a totalidade das rendas, como por exemplo, as advindas de aluguéis e outras fontes, e se a pessoa faz o controle conjunto do orçamento foi declarado o total da renda familiar.

Tabela 2: Renda bruta mensal dos servidores da EGOV.

VARIÁVEL	ALTERNATIVAS	Nº	%	TOTAL
Renda bruta mensal	Até R\$ 4.000,00	6	13,64%	100%
	R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00	2	4,54%	
	R\$ 5.001,00 a R\$ 6.000,00	2	4,54%	
	R\$ 6.001,00 a R\$ 7.000,00	3	6,82%	
	R\$ 7.001,00 a R\$ 8.000,00	6	13,64%	
	R\$ 8.001,00 a R\$ 9.000,00	2	4,54%	
	R\$ 9.001,00 a R\$ 10.000,00	6	13,64%	
	Acima de R\$ 10.001,00	15	34,10%	
	Deixou em branco	2	4,54%	

Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

Pode-se perceber que a maior parte das pessoas, 34,10%, possui a renda acima de dez mil reais. Já a tabela abaixo retrata se os respondentes já fizeram algum curso de finanças pessoais e o nível de conhecimento que presumem ter em finanças pessoais, sendo 0 para sem conhecimento e 5 com o máximo de conhecimento no assunto.

Tabela 3: Participação em curso de finanças pessoais e nível de conhecimento em finanças pessoais.

VARIÁVEIS	ALTERNATIVAS	Nº	%	TOTAL
Já fez algum curso de Finanças Pessoais?	Sim	24	54,55%	100%
	Não	20	45,45%	
Nível de conhecimento em finanças pessoais, sendo 0 sem conhecimento e 5 com o máximo de conhecimento no assunto	0	0	0%	100%
	1	4	9,09%	
	2	9	20,45%	
	3	19	43,18%	
	4	8	18,19%	
	5	4	9,09%	

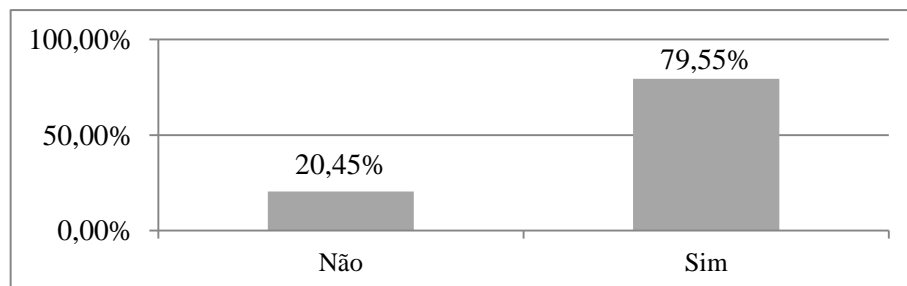
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

Verifica-se que 54,55% dos pesquisados já fizeram algum curso na área de finanças pessoais. No entanto, em sendo o órgão estudado um centro de treinamento que oferece várias turmas ao longo do ano do curso de Educação Financeira Pessoal, esse percentual poderia ser maior. Segundo Queiroz, Valdevino e Oliveira (2015, p. 3), a educação financeira contribui para que as pessoas aprendam a lidar com as suas finanças, a ter o controle sobre o dinheiro e com as despesas em geral, melhorando, conseqüentemente, a qualidade das suas decisões financeiras.

Assim, a educação financeira teria a prerrogativa de aumentar o nível de conhecimento em finanças pessoais dos servidores da EGOV, visto que na tabela 2 constata-se que somente 12 pessoas (27,28%) marcaram como alternativas as opções “4” e “5”, possuindo um bom entendimento sobre o tema.

No que se refere à elaboração de um orçamento doméstico, o gráfico a seguir mostra que 20,45% do público pesquisado não controla o ingresso e saída de dinheiro/recursos, enquanto 79,55% fazem esse monitoramento.

Gráfico 1: Elaboração de orçamento financeiro doméstico.



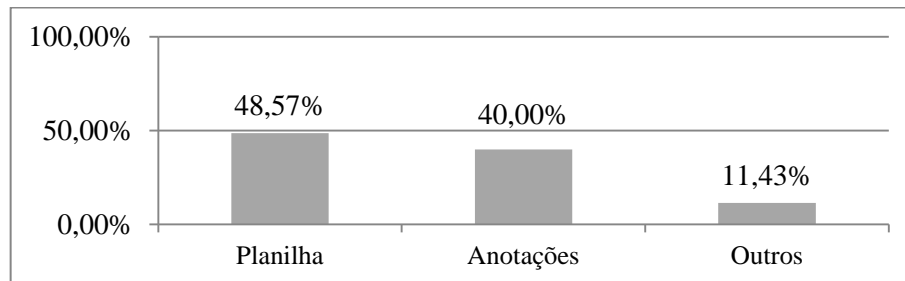
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

Gitman (2001, p. 434) ressalta a relevância de se ter um planejamento financeiro, pontuando que ele “é um aspecto importante das operações nas empresas e famílias, pois ele mapeia os caminhos para guiar, coordenar e controlar as ações das empresas e das famílias para atingir seus objetivos”. No que concerne ao meio de controle do orçamento financeiro doméstico, para os que responderam “sim” anteriormente, o gráfico 2 apresenta os resultados encontrados.

Já os que marcaram “não” explicaram que controlam as finanças pelo “extrato bancário”, “de cabeça”, “verbalmente”, “não gastando mais do que recebo e só compro à vista”, que “as despesas são praticamente as mesmas e por isso é mais fácil controlar”, “fazendo controle semanal”, “já utilizei durante alguns anos planilhas, mas agora não utilizo

mais por achar desnecessário e por experiência com os gastos ao longo dos anos” ou por “gastar menos do que ganho e poupo algo todo mês”.

Gráfico 2: Meio de controle do orçamento financeiro doméstico.



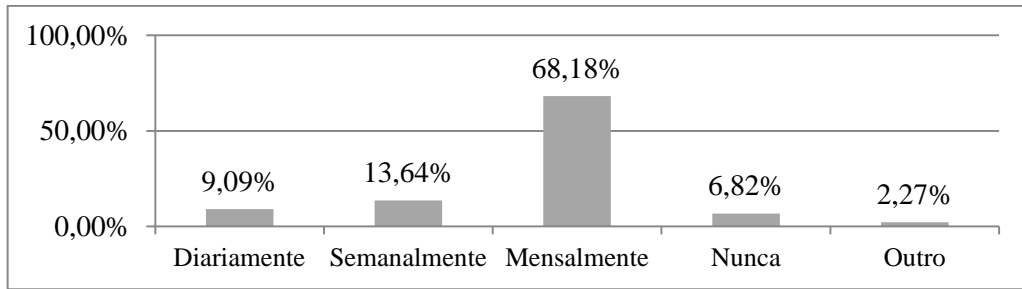
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

Infere-se que há um equilíbrio do modo de controle das receitas e despesas domésticas entre planilha com 48,57% e anotações com 40%. Dentre os que responderam outros, relataram usar “programa na nuvem”, “aplicativo” e fazer controle “mental”. No entanto, Cerbasi (2012, p. 65) recomenda o uso de planilha para o controle das finanças da família, computando as receitas menos as despesas e se sobrar é o montante a ser investido ou para fazer uma poupança para realizar os sonhos da família, reservando também uma verba para “sair da rotina”.

Aos que afirmaram que elaboram orçamento doméstico no gráfico 1, 45,71% deles declararam que ele é feito em conjunto com os demais membros da família, 48,57% que é separado e 5,72% deixaram a questão em branco. Cerbasi (2012) sugere que o modelo mais efetivo para as finanças dos casais é a comunhão de todas as contas, as vantagens são que se tem duas mentes pensando juntas, possibilidade de se ter um relacionamento bancário melhor e obtenção de melhores soluções. Destaca, ainda, que o planejamento financeiro do casal deve ser feito sempre a dois, a fim de preservar o equilíbrio das finanças. Entretanto, Frankenberg (1999, p. 83) acrescenta que a administração patrimonial deve ser feita pelo membro da família que apresenta as melhores competências para desenvolver tal função: “se for sua companheira ou seu companheiro, passe a tarefa adiante. Não deixe que o orgulho ou qualquer outra razão interfira na estratégia para atingir a tranquilidade financeira”.

Outra questão relevante é com que frequência o indivíduo planeja as suas finanças, se diariamente, semanalmente, mensalmente, nunca ou outra de outra forma, as informações obtidas estão no gráfico seguinte.

Gráfico 3: Frequência de planejamento das finanças.



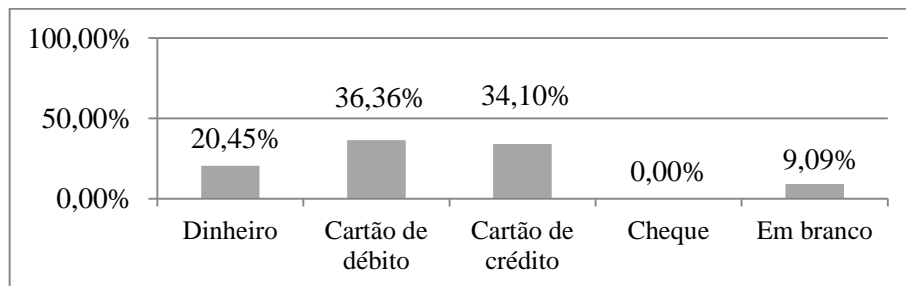
Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

Nota-se que a grande maioria, 68,18%, executa o planejamento mensalmente. Nesse contexto, Cerbasi (2009, p. 27) considera que “o bom senso nos induz a acreditar que a periodicidade ideal de um orçamento doméstico é a mensal, pois os gastos da família repetem-se a cada mês. Porém há situações em que uma frequência maior de controle é bem-vinda”. O autor ainda salienta que é importante adequar o meio de controle do orçamento doméstico (seja ele planilha, anotações ou outro) de acordo com a periodicidade de controle mais apropriada à gestão dos recebimentos e pagamentos.

Deve-se ressaltar que quando perguntados se no momento que ocorre algum distúrbio na economia a pessoa se reprograma com relação às suas receitas e despesas, 45,45% responderam que “sempre”, 40,91% que “às vezes”, 11,37% que “nunca” e 2,27 não opinaram. Frankenberg (1999, p. 32) revela que o planejamento financeiro pode sofrer alterações, devendo passar por revisões frequentes, principalmente, quando acontecer alterações importantes no cenário econômico-financeiro.

No que diz respeito ao meio mais utilizado para realizar as compras e os pagamentos, o gráfico 4 exibe os percentuais encontrados.

Gráfico 4: Meio de pagamento mais utilizado.



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

Depreende-se que a maioria das pessoas utiliza o cartão de débito (36,36%), seguido de perto do cartão de crédito (34,10%). Entretanto, 20,45% usam o dinheiro e nenhum indivíduo tem o cheque como principal meio de pagamento. Frankenberg (1999, p. 163) alerta que o cartão de crédito é:

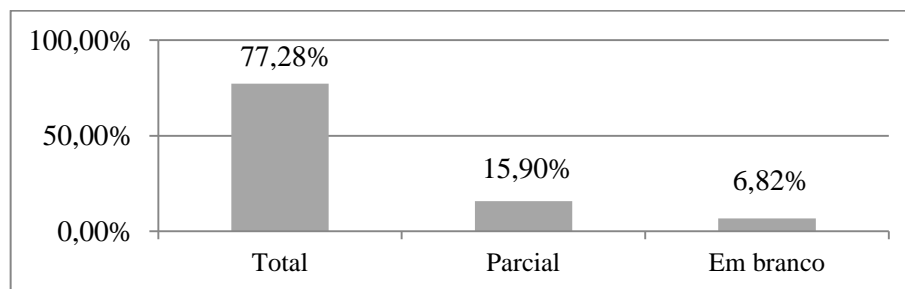
um dos maiores causadores de desequilíbrios financeiros dos indivíduos e de suas famílias. Uma boa parcela das pessoas que faz intenso uso do cartão perde o real significado do endividamento excessivo, passando a pagar juros de ordem crescente e posterior capitalização desses juros. [...] O cartão de crédito deve ser considerado um instrumento de crédito de uso estritamente controlado. Para pessoas que não conseguem controlar-se e abusam do seu uso, aconselhamos simplesmente devolvê-lo à Administradora ou, utilizando uma tesoura, cortá-lo em dois e jogá-lo no lixo.

Nessa temática, Cerbasi (2009, p. 102) estipula que às pessoas controladas é aconselhado concentrar os gastos no cartão para conseguirem vantagens como juros menores e programas de pontuação para obterem desconto em passagens e aquisição de serviços. Ademais, frisa que com as despesas reunidas no cartão fica mais fácil organizar as contas, visto que passam a ter uma única data de vencimento, mas é importante que os gastos estejam dentro do orçamento pessoal ou familiar.

Keeffe (1997, p. 70) estabelece que na sociedade contemporânea ter um cartão de crédito é pertinente, pois facilita diversas operações no cotidiano. Contudo Sohsten (2004, p. 40) adverte que “o brasileiro desenvolveu o péssimo hábito de comprar tudo a prazo e isso tem sobrecarregado o orçamento mensal da grande maioria das famílias. Quem paga juros está sempre em desvantagem, principalmente no Brasil, onde as taxas são extremamente elevadas”.

Outra questão que vale salientar é se os pesquisados pagam o valor da fatura do cartão de crédito totalmente ou parcialmente, cujos dados estão representados no gráfico abaixo.

Gráfico 5: Pagamento da fatura do cartão de crédito.



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

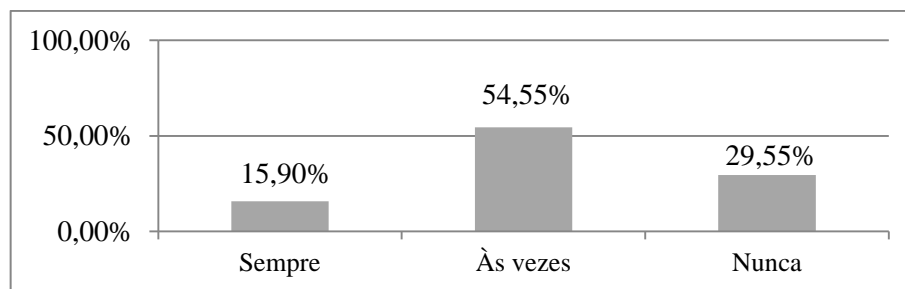
Os dados enunciam que há o predomínio dos indivíduos que pagam o valor total da fatura do cartão de crédito, entretanto tem-se uma pequena parcela, 15,90%, que efetua o pagamento parcial. Cerbasi (2009, p. 91) ensina que em nenhum momento deve-se utilizar o crédito rotativo do cartão de crédito, caso a pessoa não consiga pagar o valor total da fatura no dia do vencimento é recomendado pegar um empréstimo com uma taxa mais barata para saldar o cartão.

Outro ponto indagado é se os gastos excedem a renda do público pesquisado. Os dados do gráfico 6 evidenciam que 54,55% expressaram que isso acontece “às vezes”, 29,55% que “nunca” e 15,90% que “sempre”. Cerbasi (2009, p. 25) esclarece que é necessário ter um equilíbrio orçamentário, gastando menos do que se ganha, para possibilitar uma sobra para a concretização dos objetivos e sonhos.

Nesse cenário, Cerbasi (2012, p. 81-85) complementa que

quando essas pessoas se veem em dificuldades financeiras e precisam cortar gastos, acabam cortando justamente o que lhes faz felizes, pois são gastos eventuais, flexíveis, descompromissados, ou seja, variáveis. Há um erro grave aqui! Esqueçam a ideia de que manicure, cafezinho, maquiagem, tênis de corrida, videogame, jantar com amigos e sua bebida favorita, entre outros, são gastos supérfluos. Manias e caprichos são válvulas de escape para o estresse rotineiro. O errado não é gastar com esses itens, mas não deixar espaço no orçamento para eles. [...] É preciso adotar um estilo de vida em que os gastos se situem em patamar menor sem comprometer nossa realização pessoal e nossa segurança financeira.

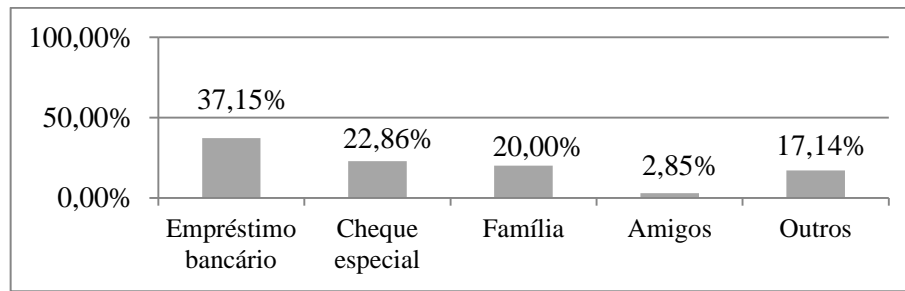
Gráfico 6: Gastos excedem a renda?



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

Em complemento à pergunta anterior, dentre os que falaram “sempre” ou “às vezes”, observa-se no gráfico 7 que 37,15% apontaram que recorrem ao empréstimo bancário para cobrir o excesso de gastos e 22,86% indicaram o cheque especial. Dentre os que indicaram “outros” destacaram recorrer à poupança, investimentos e reservas próprias.

Gráfico 7: Forma de cobrir o excesso de gastos.

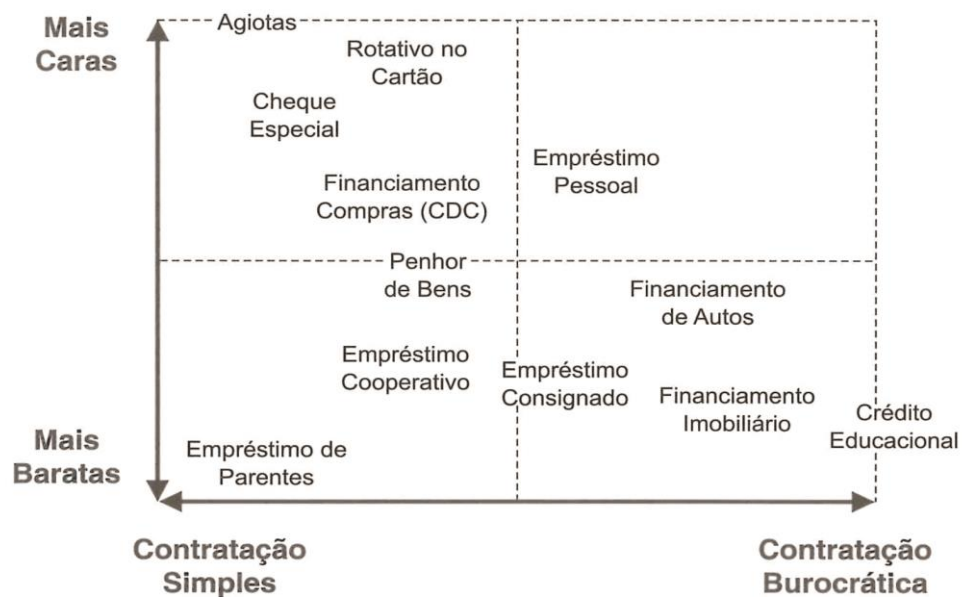


Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

Considerando os percentuais de empréstimo bancário e cheque especial, os bancos passam a ser os maiores credores. Todavia, Frankenberg (1999, p. 101) adverte que as instituições bancárias tendem a emprestar dinheiro com o máximo de juros que puderem cobrar nos termos da legislação vigente. Logo, o autor frisa que deve-se estruturar como será feita a devolução dos recursos emprestados, pois também tem as taxas e os impostos, como o IOF, embutidos nas operações de crédito.

Cerbasi (2009, p. 95), apresenta a figura abaixo em que figuram as opções de crédito, mostrando a relação entre o custo e a complexidade de contratação das diferentes modalidades.

Figura 2: Relação entre o custo e a complexidade de contratação das diferentes modalidades de crédito.

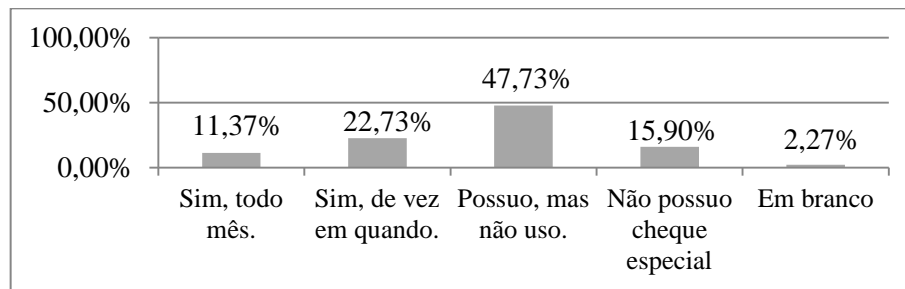


Fonte: Cerbasi (2009, p. 95)

No gráfico 7, a fonte de crédito menos requisitada foi a de amigos. Cerbasi (2009, p. 96), adiciona que o empréstimo obtido com parentes e amigos não tem nenhuma burocracia, é a alternativa mais barata, mas pode causar um grau de constrangimento e prejudicar um bom relacionamento, caso a dívida não seja paga nos termos acordados.

Com relação especificamente ao uso do cheque especial, deve-se ressaltar que 47,73% dos respondentes possuem, mas não o utilizam conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 8: Uso do cheque especial.

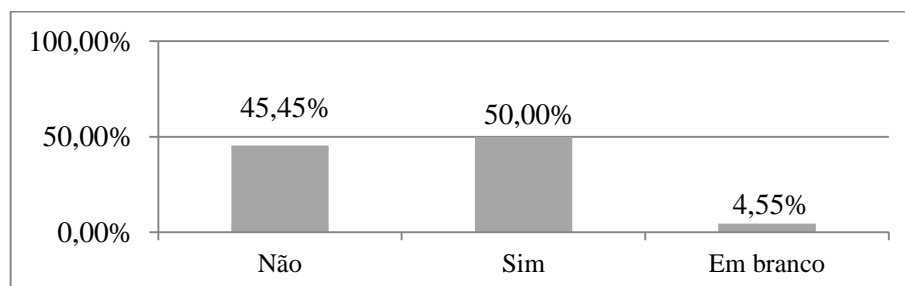


Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

Para Cerbasi (2009), o uso do cheque especial deve acontecer o mínimo possível em razão dos altos juros cobrados, sendo mais apropriado recorrer a alternativas mais baratas como o empréstimo pessoal para cobrir o desfalque iminente. Todavia, o autor revela que alguns bancos concedem a seus clientes, alguns dias a cada mês, de utilização do cheque especial sem a incidência de juros, o que pode ser uma boa oportunidade para cobrir o excesso de gastos durante um curto período de tempo.

No que se refere ao endividamento, foi interrogado se os pesquisados possuem algum empréstimo ou dívida que corre juros, conforme reproduzido no gráfico a seguir.

Gráfico 9: Possui algum empréstimo ou outra dívida que tenha juros?



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

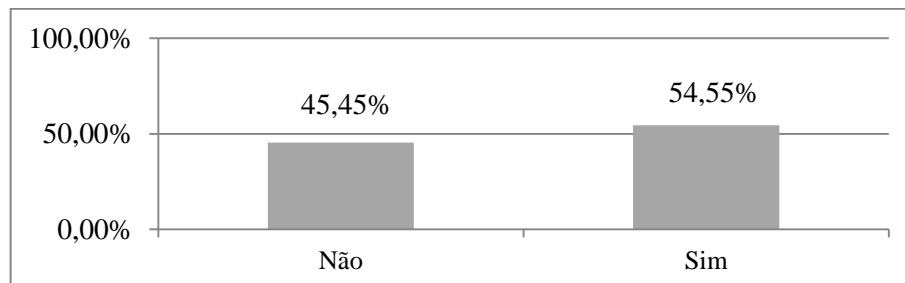
Pode-se concluir que metade dos servidores tem empréstimo ou alguma dívida que tenha juros embutidos. Em referência à quantidade, as respostas variaram de “um” até “cinco” empréstimos, perfazendo uma média de 2 empréstimos entre indivíduos que os possuem. Um ponto positivo é que 81,82% tem pelo menos um empréstimo que seja consignado, que apresenta taxas de juros mais atrativas, em razão do baixo risco da operação.

No entanto, Frankenberg (1999, p. 101) alerta para que “não se deixe influenciar apenas pela comodidade de pedir dinheiro emprestado. Faça sempre a seguinte pergunta a si mesmo: como vou devolver este dinheiro? Se a resposta for lógica, embasada em dados concretos, siga adiante. Caso contrário, tente achar outra solução”.

Nesse contexto, foi apurado o nível de preocupação dos servidores com as contas que possuem para pagar, sendo 0 sem nenhuma preocupação e 5 muitíssimo preocupado. Verificou-se que a maioria, 36,36%, graduou a apreensão em 5, seguido de 22,73% que escalonou em grau 4. Esse cenário vai ao encontro do que afirmou Pereira (2001, p. 201) que o principal motivo de preocupação e insônia da população brasileira são as dívidas. Contudo, ele complementa que a educação financeira tem muito a contribuir, pois com ela as pessoas recuperam a alegria e não deixam de fazer nada por falta de dinheiro.

No tocante aos investimentos, o gráfico seguinte sintetiza os resultados encontrados. Nota-se que uma parte considerável, 45,45%, não possui investimentos. Porém, dentre os 24 servidores, 54,55%, que mencionaram ter investimentos, 22 dispõem de recursos na poupança e 7 tem imóveis. Já a aplicação em ações, CDB, fundos de renda fixa e títulos públicos contam cada um com 4 adeptos e os fundos de renda variável com 2. Há, também, os que declararam ter adquirido plano de previdência privada e gado.

Gráfico 10: Possui algum investimento?



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

Esse horizonte retrata as ideias de Frankenberg (1999, p. 140), no qual a poupança é a forma mais usual de aplicação de dinheiro em nosso país, isso porque ela concede segurança e

liquidez, apesar de, às vezes, não superar os índices da inflação. Nesse ponto Zaremba (1997, p. 40), sugere não destinar grande parte dos recursos para esse tipo de investimento, pois a experiência histórica indica que em função da comodidade, perde-se na rentabilidade.

Já Cerbasi (2008, p. 140) aduz que a caderneta de poupança “é a alternativa recomendada para quem tem poucos recursos a investir, quanto para aqueles que pretendem manter o dinheiro aplicado com segurança por um prazo inferior a dois anos”. Sohsten (2004, p. 209) atenta que “há três coisas que precisam ser bem conhecidas quando vamos começar a pensar em investimentos: risco, liquidez e rentabilidade”.

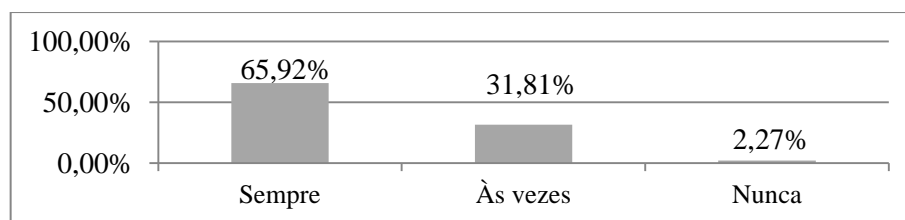
Alguns autores também sugerem a contratação de plano de previdência complementar. Tendo em consideração o público pesquisado, 18,19% informaram que possuem previdência complementar, enquanto 81,81% não tem. Frankenberg (1999) aconselha preparar o momento da aposentadoria com diligência e adquirir um plano de previdência complementar aberta, caso a empresa que a pessoa trabalhe não o ofereça.

Nessa linha, Cherobim e Espejo (2010) enunciam que a aposentadoria deveria vir junto com a independência financeira e que

A previdência privada é uma alternativa para complementar a sua renda futura, pois os benefícios do INSS não garantirão o nível de renda da fase ativa. Além disso, o déficit da previdência oficial do Brasil só tem aumentado, o que nos obriga a planejar de modo urgente nossa segurança e futuro financeiro por meio da previdência privada. [...] O plano de previdência privada é altamente recomendado se você recebe acima do teto da previdência oficial. [...] Diversos autores da área financeira lembram que os seus cuidados no momento de fazer um investimento em um plano de Previdência Privada devem começar pela escolha criteriosa da instituição financeira que irá gerenciar os seus recursos aplicados, passando pelos custos da taxa de administração e da taxa de carregamento cobradas.

No que diz respeito a considerar a própria realidade financeira para definir os seus objetivos, 65,92% responderam que sempre levam isso em consideração, 31,81% às vezes e 2,27% nunca, consoante consta no gráfico abaixo.

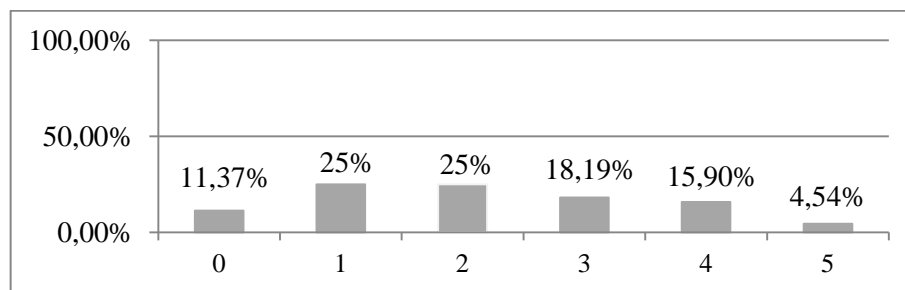
Gráfico 11: Você leva em consideração sua realidade financeira para definir seus objetivos?



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

Frankenberg (1999, p. 48) indica que boa parte dos nossos objetivos exige uma disponibilidade financeira e que para serem alcançados vindicam um planejamento e adequação à realidade financeira da pessoa. O autor ainda acrescenta que “o adágio popular diz que dinheiro não traz felicidade. É verdade, mas também é fato que o dinheiro pode ser um meio poderoso para realizar metas e, assim, aumentar a nossa cota de felicidade”. Nota-se que a maioria dos servidores tem essa percepção de planejamento, entretanto, uma parcela às vezes (31,81%) ou nunca (2,27%) observam essa condição. Uma das explicações possíveis seria a impulsividade ao gastar o dinheiro, questionados sobre esse tópico, o gráfico 12 mostra as respostas, escalonadas de 0 a 5, sendo 0 sem impulsividade e 5 máxima impulsividade.

Gráfico 12: Nível de impulsividade ao realizar uma compra.



Fonte: Elaboração própria com dados da pesquisa, 2016.

Deve-se ressaltar que poucos servidores assinalaram as opções 4 e 5, o que demonstra, de modo geral, um controle razoável ao realizar uma compra. Entretanto Frankenberg (1999, p. 77) argumenta que “é difícil resistir à tentação e ao prazer de comprar, o que é difícil numa sociedade em que os meios de comunicação apelam para o consumismo”. Cerbasi (2012, p. 86) sinaliza que a compulsão por consumo é fruto de represamento de vontade ou até da falta de autoconhecimento para coordenar os planos de consumo.

Também foi apresentada uma situação problema, questão 24 do questionário, em que uma pessoa hipotética estava com os gastos acima da sua renda e não possuía reservas. Observa-se que 90,91% dos entrevistados caracterizaram a situação como inadequada e que o sujeito precisaria diminuir os seus gastos e constituir uma poupança. Ou seja, deduz-se que os servidores tem uma consciência do básico sobre finanças pessoais.

Por fim, questionados se gostariam de aprender mais sobre planejamento financeiro pessoal 90,92% responderam que “sim”, 4,54% que “não” e 4,54% deixaram em branco a questão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar como os servidores da Escola de Governo do Distrito Federal gerenciam as suas finanças pessoais. Verificou-se que de forma geral, os servidores tem um bom entendimento acerca do tema proposto, porquanto boa parte deles realizam um controle financeiro por meio de planilhas, anotações e outros meios.

Constatou-se, também, que a grande maioria faz o pagamento da fatura do cartão de crédito de forma total e tem como principal meio de pagamento o cartão de débito. Entretanto, quando os gastos superam a renda, recorrem principalmente ao empréstimo bancário e ao cheque especial para estabilizarem as finanças. Percebeu-se, ainda, que metade dos pesquisados pagam prestações que tem juros embutidos, mas por outro lado, 54,55% dos respondentes possuem algum tipo de investimento.

No entanto, identificou-se que alguns servidores estão com sérias dificuldades financeiras, pois estão pagando parcialmente a fatura do cartão de crédito (15,90%), continuamente os gastos excedem a renda (15,90%) e utilizam o cheque especial todo mês (11,37%). Além disso, outro resultado preocupante é que 2,27% alegaram que nunca consideram a própria realidade financeira para definir os seus objetivos e que 31,81% somente às vezes fazem essa ponderação.

Nesse contexto, a educação financeira tem muito a contribuir para orientar as pessoas a não cometerem erros primários como utilizar o cheque especial e pagar o mínimo da fatura do cartão de crédito. Ademais, ela pode auxiliar as pessoas a atingirem os seus sonhos e objetivos na vida, para que esta se torne mais alegre e prazerosa e que as dificuldades financeiras não interfiram no ambiente de trabalho.

Haja vista que 90,92% dos servidores tem interesse em aprender mais sobre planejamento financeiro pessoal e que apenas 54,55% alegaram ter participado de algum curso nessa área, recomenda-se à Escola de Governo do Distrito Federal intensificar as ações de treinamento nesse tema.

Essa pesquisa apresenta como limitação a quantidade de questionários respondidos, pois alcançou 86% dos servidores atuantes na EGOV, não totalizando a integralidade da população.

Para futuras pesquisas, sugere-se testar o conhecimento em finanças pessoais em outros órgãos públicos e empresas, para orientar as ações de capacitação dos respectivos

centros de treinamento, bem como investigar até que ponto a estabilidade no serviço público contribui para o controle das finanças pessoais.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Apesar de recorde, endividamento dos brasileiros é baixo em relação a outros países.** 27/10/2013. Disponível em: < <http://memoria.ebc.com.br/agencia-brasil/noticia/2013-10-27/apesar-de-recorde-endividamento-dos-brasileiros-e-baixo-em-relacao-outros-paises>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais.** Brasília: BCB, 2013. 72 p. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/caderno_cidadania_financeira.pdf>. Acesso em: 6 out. 2016.

BORGES, Paulo Roberto Santana. **A influência da educação financeira pessoal nas decisões econômicas dos indivíduos.** In: VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 2013, Paraná. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/04-Pborgestrabalhocompleto.pdf> Acesso em: 19 out. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2015.

_____. **Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm>. Acesso em: 7 out. 2016.

CAMPOS, Marcelo Bergamini. **Educação financeira na matemática do ensino fundamental: uma análise da produção de significados.** 2012. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Matemática) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG. Disponível em: <http://www.ufjf.br/mestradoedumat/files/2011/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o_-_Marcelo-Bergamini-Campos.pdf>. Acesso em: 5 out. 2016.

CERBASI, Gustavo. **Filhos inteligentes enriquecem sozinhos: como preparar seus filhos para lidar com o dinheiro.** São Paulo: Editora Gente, 2006.

_____. **Investimentos Inteligentes: para conquistar e multiplicar o seu primeiro milhão.** Rio de Janeiro: Thomaz Nelson Brasil, 2008.

_____. **Como organizar sua vida financeira: inteligência financeira pessoal na prática.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____. **Os segredos dos casais inteligentes.** Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci (Org.).

Finanças Pessoais: Conhecer para Enriquecer! São Paulo: Atlas, 2010.

CLAUDINO, Lucas Paravizo; NUNES, Murilo Barbosa; SILVA, Fernanda, Cristina.

Finanças Pessoais: em estudo de caso com servidores públicos. In: Seminários em Administração, XII, 2009, São Paulo. XII SEMEAD FEA-USP, 2009. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/5194656-Area-tematica-financas-financas-pessoais-um-estudo-de-caso-com-servidores-publicos.html>> Acesso em: 4 out. 2016.

CLAUDINO, Lucas Paravizo. et al. **Educação financeira e endividamento: um estudo de caso com servidores de uma instituição pública.** In: XVI Congresso Brasileiro de Custos, 2009, Fortaleza - CE. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1029>> Acesso em: 4 out. 2016.

COELHO, Joice. **Contabilidade doméstica: orçamento familiar.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação), Centro Universitário Municipal de São José - USJ, São José - SC, 2010. Disponível em: <<http://usj.edu.br/wp-content/uploads/2015/07/TCC-JOICE-COELHO2.pdf>>. Acesso em: 18 out.2016.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO - CNC. **Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) – maio 2016.** Disponível em: <<http://cnc.org.br/central-do-conhecimento/pesquisas/economia/pesquisa-nacional-de-endividamento-e-inadimplencia-do--18>>. Acesso em 13 out. 2016.

DISTRITO FEDERAL. **Decreto nº 21.599, de 05 de outubro de 2000.** Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/DetalhesDeNorma.aspx?id_norma=38979>. Acesso em: 17 out. 2016.

_____. **Escola de Governo do Distrito Federal.** Disponível em: <<http://egov.df.gov.br/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

_____. **Relatório de Atividades 2015 da Escola de Governo do Distrito Federal.** Disponível em: <<http://egov.df.gov.br/escoladegoverno/cursospalestras/relatorios.html>>. Acesso em: 17 out. 2016.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro: você é o maior responsável.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira: essencial.** 2ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GITMAN, Lawrence J.; MADURA, Jeff. **Administração Financeira: uma abordagem gerencial.** Tradução Maria Lúcia G. L. Rosa. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2003.

- HALFELD, Mauro. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2005.
- KEEFFE, Carol. **Faça o máximo com o dinheiro que você já tem**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- KRUMMENAUER, Lessana Daga. **Educação financeira para adolescentes do ensino médio em Sapucaia do Sul**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011. Disponível em: <<http://www.educacaofinanceira.com.br/tcc/TCC-LESSANA2011.pdf>> Acesso em: 07 out.2016.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- LIZOTE, Suzete Antonieta; SIMAS, Jaqueline de; LANA, Jeferson. **Finanças Pessoais: um Estudo envolvendo alunos de Ciências Contábeis de uma Instituição de Ensino Superior de Santa Catarina**. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, Resende, 2012. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/10216156.pdf>> Acesso em: 4 out. 2016.
- LOPES, Geovane de Oliveira. **Endividamento das famílias brasileiras no sistema financeiro nacional: o impacto de indicadores macroeconômicos**. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade de Brasília, Brasília, 2012.
- LOPES, João do Carmo; ROSSETTI, José Paschoal. **Economia monetária**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARQUES, Gilson Silva. **Controle financeiro x poupança: Um estudo de caso com os alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/838/1/GilsonSM_Monografia.pdf> Acesso em: 07 out.2016.
- MOREIRA, Alice da Silva. **Dinheiro no Brasil: um estudo comparativo do significado do dinheiro entre as regiões geográficas brasileiras**. Estud. psicol. (Natal). 2002, vol.7, n.2, pp.379-387. ISSN. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2002000200019>. Acesso em: 6 out. 2016.
- OLIVATO, Herica; SOUZA, Patricia Keli Botari de. **Endividamento: um estudo preliminar dos fatores contribuintes**. In: I SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO UNISALESIANO, Lins - SP, 2007. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2007/trabalho/aceitos/CC29390837898.pdf>> Acesso em: 13 out. 2016.

PEREIRA, Glória Maria Garcia. **A Energia do Dinheiro – Estratégias para reestruturar a sua vida financeira**. 5ªed. São Paulo: Editora Gente, 2001.

QUEIROZ, Elisama de; VALDEVINO, Rosângela Queiroz; OLIVEIRA, Auris Martins de. **A contabilidade na gestão das finanças pessoais: um estudo comparativo entre discentes do curso de Ciências Contábeis**. Rev. Conhecimento Contábil – UERN/UFERSA. 2015, vol. 1, n. 1. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/ccontabil/article/view/1424>>. Acesso em: 13 out. 2016.

RIBEIRO, Rodrigo Fernandes; LARA, Ricardo. **O endividamento da classe trabalhadora no Brasil e o capitalismo manipulatório**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 126, p. 340-359, jun. 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282016000200340&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 out. 2016.

SAYAD, João. **Dinheiro, dinheiro: inflação, desemprego, crises financeiras e bancos**. 1ª ed. São Paulo: Portfolio Penguin, 2015.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, Flávia de Angelis. **Paradigmas da educação financeira no Brasil**. Rev. Adm. Pública. 2007, vol. 41, n.6, pp.1121-1141. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122007000600006>. Acesso em: 7 out. 2016.

SILVA, Flaviane Costa. et al. **Planejamento financeiro: uma análise do perfil de servidores públicos lotados na Polícia Militar de Minas Gerais**. In: 5º Congresso UFSC de Controladoria e Finanças, 2014, Florianópolis – SC. Disponível em: <<http://dvl.ccn.ufsc.br/congresso/anais/5CCF/20140413144923.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

SOHSTEN, Carlos Von. **Como cuidar bem do seu dinheiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do Servidor Público: uma análise econômica da situação da UnB**. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/18670>>. Acesso em: 08 out. 2016.

ZAREMBA, Victor. **Cuidando do \$eu Dinheiro: um guia prático para fazer o seu dinheiro crescer e aparecer**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

WOHLEMBERG, Tiago Ramos; BRAUM, Loreni Maria dos Santos; ROJO, Claudio Antonio. **Finanças pessoais: uma pesquisa com os acadêmicos da Unioeste campus de Marechal Cândido Rondon**. Rev. Ciências Sociais Aplicadas- Unioeste/MCR, vol. 11, n. 21, 2011, p. 133 a 152. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/searc>>

h/authors/view?firstName=TIAGO&middleName=RAMOS&lastName=WOHLEMBERG&affiliation=Unioeste>. Acesso em: 17 out. 2016.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Prezado(a) Senhor(a), este questionário visa a elaboração do trabalho de conclusão de curso de Ciências Contábeis (UnB) da aluna Liliane Lopes Rincon. A sua identificação pessoal será resguardada (não necessita que você se identifique), pois a análise do levantamento será baseada no conjunto das informações apenas para fins acadêmicos. O título da pesquisa está relacionado à Gestão Financeira, sendo necessário efetuar um levantamento em um centro de treinamento. Pedimos ser sincero(a) em suas respostas. Desde já agradecemos.

1- Gênero: () Masculino () Feminino

2- Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a)/ União Estável () Outros

3- Faixa etária:

() Até 20 anos () De 21 a 30 anos () De 31 a 40 anos () De 41 a 50 anos
() De 51 a 60 anos () De 61 a 70 anos

4- Resido com: () Moro Só

() Moro com meus Pais

() Apenas com o(a) esposo(a)/Companheiro(a)

() Apenas com o(a) esposo(a)/Companheiro(a) e filho(a)(s)

() Apenas com o(a)(s) filho(a)(s)

5- Quantas pessoas residem em sua casa? _____

6- Você já fez algum curso de Finanças Pessoais? () Sim () Não

7- Em uma escala de 0 a 5, classifique seu nível de conhecimento em finanças pessoais, sendo 0 sem conhecimento e 5 com o máximo de conhecimento no assunto.

() 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5

8- Você (ou sua família) faz orçamento financeiro doméstico (controle de ingressos e saídas de dinheiro/recursos: Receitas e Despesas)?

() Não

() Sim. Se sim, qual o meio de controle? () Planilha

() Anotações

() Outro: _____

9- a) No caso da resposta anterior ter sido “Sim”, o orçamento doméstico é feito em conjunto com os demais membros ou em separado?

() Conjunto () Separado

b) Já no caso de “Não”, como você controla as suas finanças?

Caso sua resposta anterior tenha sido o controle conjunto, responda a próxima pergunta com base na renda familiar. Já no caso de controle separado, responda com base apenas em sua renda:

10- Qual a sua renda bruta mensal? Considere também outras fontes de rendas auferidas, como por exemplo, aluguéis.

() Até R\$ 4.000,00 () R\$ 4.001,00 a R\$ 5.000,00

- () R\$ 5.001,00 a R\$ 6.000,00 () R\$ 6.001,00 a R\$ 7.000,00
 () R\$ 7.001,00 a R\$ 8.000,00 () R\$ 8.001,00 a R\$ 9.000,00
 () R\$ 9.001,00 a R\$ 10.000,00 () Acima de R\$ 10.001,00

11- Com que frequência você planeja as suas finanças?

- () Diariamente () Semanalmente () Mensalmente () Nunca ()
 Outro _____

12- Quando ocorre algum distúrbio na economia, você se reprograma com relação às suas receitas e despesas?

- () Sempre () Às vezes () Nunca

13- Quanto às compras e aos pagamentos. Qual o meio que você mais utiliza?

- () Dinheiro () Cartão de débito () Cartão de crédito () Cheque

14- Seus gastos excedem a sua renda?

- () Sempre () Às vezes () Nunca

15- Caso na questão anterior a sua resposta tenha sido “sempre” ou “às vezes”, como você cobre o excesso de gastos (quando o fato ocorre)?

- () Empréstimo bancário () Cheque especial () Família () Amigos
 () Outros _____

16- Caso faça uso de cartão de crédito, em relação à fatura, você paga o valor?

- () Total () Parcial.

No caso de Parcial, faça isso: () Na maioria das vezes () Às vezes () Raramente.

17 – Caso tenha uma conta bancária. Você utiliza o limite do cheque especial?

- () Sim, todo mês. () Sim, de vez em quando. () Possuo, mas não uso.
 () Não possuo cheque especial.

18- Você possui algum empréstimo (ou outra dívida que corre juros)?

- () Não

() Sim, quantos? _____ → Se sim, algum é consignado? () Sim () Não

19- Em uma escala de 0 a 5, classifique seu nível de preocupação com as contas que tem para pagar, sendo 0 sem nenhuma preocupação e 5 muitíssimo(a) preocupado(a).

- () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5

20- Você possui investimentos?

- () Não

() Sim, Quais? () Poupança () CDB () Títulos públicos
 () Imóveis () Fundos de renda fixa () Fundos de renda variável
 () Ações () Outros: _____.

21- Você possui algum plano de previdência complementar? () Sim () Não

22- Você leva em consideração sua realidade financeira para definir seus objetivos?

- () Sempre () Às vezes () Nunca

23- Em uma escala de 0 a 5, classifique seu nível de impulsividade quando realiza uma compra, sendo 0 sem impulsividade e 5 máxima impulsividade.

- () 0 () 1 () 2 () 3 () 4 () 5

24- Analise a seguinte situação: Pedro não tem nenhum investimento/poupança e sua renda líquida é de R\$ 5.000,00 e tem diversos gastos, tais como: aluguel R\$ 2.000,00, alimentação R\$ 1.000,00, transporte R\$ 500,00, saúde R\$ 500,00, lazer R\$ 1.000,00 e educação R\$ 1.000,00. A situação financeira de Pedro está:

- () Adequada, não precisando de ajustes.
- () Adequada, mas precisa constituir uma poupança.
- () Inadequada, pois precisa diminuir os seus gastos e constituir uma poupança.
- () Nenhuma das alternativas anteriores.

**25- Você gostaria de aprender mais sobre planejamento financeiro pessoal? () Sim
() Não**

Obrigada pela participação!